



A LÍNGUA DE SINAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DO KIT “EDUCAÇÃO DE SURDOS”/MEC

Angela Nediane dos Santos – UFPel

Violeta Porto Moraes - UFPel

Este trabalho é um recorte das análises que estão sendo realizadas no Projeto “Produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira” (Programa Pró-Cultura – CAPES/MINC) que tem como objetivo mapear, coletar e analisar as produções culturais das comunidades surdas brasileiras, assim como dar visibilidade a tais produções. Este projeto filia-se ao campo dos Estudos Culturais por entender a cultura como campo de luta em torno de significação social e aos Estudos Surdos, por conceber a cultura surda como espaço de contestação e de constituição de identidades e diferenças. Integram o Projeto, três Instituições Federais de Educação Superior: UFSM¹, UFPEL² e UFRGS³, as quais são responsáveis por mapear e analisar um segmento específico da produção cultural: vídeos veiculados pela internet, editoriais e produções acadêmicas de surdos, respectivamente.

Com o intuito de delimitar a pesquisa, foi escolhido o período da década de 90 do século XX em diante, para o mapeamento e a coleta dos materiais, devido à importância desta década para o movimento surdo. Neste contexto, a língua de sinais se fortalece no interior das comunidades e passa a ganhar cada vez mais visibilidade, culminando no reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais, em 2002⁴.

Produção literária sobre surdos e surdez: contextualização histórica, política, cultural...

Segundo Thoma e Klein (2010), “Os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil.” (p. 110). Ao final da década de 80 e início de 90 há lutas pelo reconhecimento da língua de sinais

¹ Universidade Federal de Santa Maria.

² Universidade Federal de Pelotas.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida através da Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

como primeira língua dos surdos, como também a surdez sendo narrada como diferença, tornando-se necessárias outras condições de vida e ensino para esses sujeitos.

Com a criação do Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos⁵ (NUPPES), no ano de 1996 aumenta o número de pesquisas em educação de surdos, o que potencializou a formação de professores de surdos, intérpretes de língua de sinais e pesquisadores (surdos e ouvintes) e a educação de surdos passa a ter maior visibilidade no cenário educacional nacional. No entanto, o NUPPES nunca agiu de forma isolada, suas ações possibilitaram que houvesse parcerias entre universidade e movimentos surdos. Um exemplo dessa parceria foi com a FENEIS, na promoção do primeiro curso de Intérpretes de língua de sinais e, na sequência, de Instrutores Surdos do Rio Grande do Sul.

No ano de 1999 aconteceu o V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, quando foi elaborado pela comunidade surda e encaminhado pela FENEIS ao MEC/SEESP um documento intitulado “Que educação nós surdos queremos”, “[...] que se tornou referência para a discussão de políticas educacionais para surdos no Brasil e embasou a discussão de projetos político-pedagógicos de várias escolas de surdos no país.” (THOMA; KLEIN, 2010, p. 112).

Todas essas mudanças, tanto no âmbito da legislação, quanto de pesquisas na área da educação dos surdos, vêm produzindo mudanças significativas no modo como percebemos e representamos os surdos. No momento em que o surdo passa a ser visto a partir de uma perspectiva cultural e antropológica, esse olhar acaba repercutindo em diferentes esferas sociais.

Em relação às produções literárias, foco do recorte da pesquisa que aqui apresentamos, também é possível perceber grandes mudanças. De acordo com Silveira (2000), no Brasil, observa-se nas décadas de 80 e 90, uma

[...] escassez da abordagem da temática da surdez ou mesmo da presença de personagens surdos nos enredos, que poderia ser tributada a diversos fatores, como: a dificuldade de a própria literatura infantil lidar com temas tabu como esse, a pouca atratividade que tal tema imprimiria ao livro infantil (não podemos esquecer o quanto os parâmetros da venda e da comercialização imprimem direção às linhas editoriais) ou, mesmo, a invisibilidade dessa questão nas relações sociais cotidianas e no conjunto de grandes temáticas que dominam a mídia e, em consequência, o imaginário de grande parcela de populações urbanas. (p. 179)

⁵ O NUPPES era vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A autora está se referindo, especificamente, à literatura infantil. Em pesquisa publicada no ano 2000, Silveira encontrou apenas sete obras de literatura infantil que tinham em seu enredo personagens surdos ou tematizavam sobre a surdez. Tais livros foram escritos por ouvintes, nos quais predominava uma perspectiva clínica e medicalizada da surdez, que “através dos tentáculos da pedagogia e da regulação social, pretende normalizar o surdo.” (SILVEIRA, 2000, p. 201).

No entanto, o que percebemos na pesquisa relacionada à produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira é que houve, a partir da década de 90, mais especificamente, a partir do ano 2000, uma explosão de produções literárias que, além de enfatizar o sujeito surdo, abordam questões relacionadas à cultura surda, o que não se percebia anteriormente⁶.

Um exemplo disso foi a constatação de uma expressiva quantidade de obras que se apresentam na forma de DVD, cd-rom e livro digital. Além, é claro, das versões impressas acompanhadas de recursos digitais (Cd ou Dvd). Também foram encontradas obras somente em versões impressas, mas em menor quantidade.

Nas décadas anteriores os editoriais que abordavam a temática da surdez e da língua de sinais eram raros, e muito menos as versões filmadas. O fenômeno da crescente produção sobre esta temática, bem como sua apresentação em formato digital pode ter ocorrido devido ao fato do fácil acesso às ferramentas que possibilitam produções com recursos diferenciados. Atualmente, devido às novas tecnologias é facilitado o acesso à produção e ao consumo desses materiais.

No momento em que as obras são disponibilizadas em formato digital é possível que as produções sejam realizadas em língua de sinais ou contadas nesta língua. Nesse sentido, essa possibilidade interfere tanto na visibilidade, quanto na produção, circulação e consumo da língua de sinais, e de alguma maneira, da cultura surda.

A partir dessa percepção do aumento significativo das produções editoriais que abordam a temática da surdez e da língua de sinais, surgem as seguintes inquietações: essas produções em grande escala poderiam estar relacionadas ao reconhecimento da Libras, como língua oficial dos surdos brasileiros? Porque antes não eram publicadas tais produções? Como a Libras é narrada nestas histórias? De que modo é representada? E os surdos e a surdez, sob que perspectiva são narrados? Isso poderia estar atrelado às atuais políticas de inclusão?

⁶ É preciso esclarecer que estamos nos referindo às produções com divulgação em grande escala. Porém, no que se refere às produções culturais surdas, essas já existiam no interior das comunidades surdas, como por exemplo, a contação de histórias, piadas, teatro, entre outros.

Legalmente, a inclusão educacional vem sendo gestada desde 1996, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também em 2001, são criadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica- Resolução CNE nº 02/2001. No entanto, é no ano de 2007, que acontece a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2007) na sua versão preliminar, a qual regulamenta tal processo. Tal política traz o conceito de Educação Inclusiva diretamente ligada à inclusão nas escolas da rede regular de ensino, interferindo de forma direta nos destinos da Educação de Surdos⁷.

Assumindo uma política inclusiva, o Ministério da Educação distribui materiais às secretarias de educação e às instituições educacionais no país, com o intuito de auxiliar a inclusão. Uma dessas produções é a Coleção “Educação de surdos”, composta por 10 obras em formato de DVD, produzida pelo Ministério da Educação em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no período de 2005 a 2006. No recorte da pesquisa que aqui apresentamos, realizamos a análise desses materiais com vistas a verificar de que maneira a língua de sinais é utilizada como estratégia para promover a inclusão.

Kit educação de surdos/MEC: estratégia para promoção da inclusão?

A Série Educação de Surdos é constituída por 10 volumes⁸ (DVD's), sendo eles:

- **nº 1:** EDUCAÇÃO INFANTIL: Educação Precoce; Maternal; Jardim / ATENDIMENTO FONOAUDIOLÓGICO / UMA PROPOSTA DE ATENDIMENTO ALTERNATIVO AO SURDO COM OUTROS COMPROMETIMENTOS;
- **nº 3:** HISTÓRIAS INFANTIS EM LÍNGUA DE SINAIS: O verbo em português e em Libras (Chapeuzinho Vermelho; A Raposa e as Uvas; A Lenda do Guaraná) / Introdução às operações matemáticas (Branca de Neve e os Sete Anões; O Curumim que virou Gigante; A Lebre e a Tartaruga) / HINO NACIONAL EM LIBRAS;
- **nº 4:** CONTANDO HISTÓRIAS EM LIBRAS: Patinho Feio; Os Três ursos; Cinderela; João e Maria; Os Três Porquinhos; A Bela Adormecida;
- **nº 5:** INFORMÁTICA EDUCATIVA / GRAMÁTICA DE LIBRAS I: Conhecendo e aprofundando a Língua Brasileira de Sinais;

⁷ A Política faz menção a transformação das escolas especiais em centros de referencia para o AEE – Atendimento Educacional Especializado, não se referindo especificamente às escolas de surdos. No entanto, a educação de surdos ainda é narrada dentro do campo da Educação Especial.

⁸ Não tivemos acesso aos volumes nº 2 e 7.

- **nº 6:** CURSO BÁSICO DE LIBRAS - Ensinando a Libras na Rede de Ensino Regular: Noções Básicas para Professores e Alunos / CURSO BÁSICO DE LIBRAS II- Ensinando a Libras na Rede de Ensino Regular: Noções Básicas para Professores e Alunos;
- **nº 8:** EDUCAÇÃO INFANTIL/EDUCAÇÃO PRECOCE-MATERNAL-JARDIM;
- **nº 9:** CONTANDO HISTÓRIAS EM LIBRAS: Os trinta e cinco camelos; Aprende a escrever na areia; O cântaro milagroso; O gato de botas; A roupa nova do rei; Rapunzel;
- **nº10:** CONTANDO HISTÓRIAS EM LIBRAS: Dona cabra e os sete cabritinhos; As fadas; O príncipe sapo; A galinha ruiva; A galinha dos ovos de ouro; O cão e o lobo.

Esse material foi produzido a partir de 2003 em VHS, e a partir de 2005 houve alteração de mídia para DVD⁹, com uma tiragem bastante significativa, variando de três mil e quinhentos à dez mil exemplares. A distribuição deste material foi gratuita, encaminhada para as secretarias de educação e escolas, especialmente.

A maioria dos vídeos são apresentados com: intérprete de Libras no canto inferior esquerdo; legenda em língua portuguesa; áudio na língua portuguesa; fundo sonoro. Os DVD's que apresentam histórias também contêm: personagens usando Libras, encenação e/ou narrador usando Libras.

A Série foi produzida pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos em parceria com o Ministério da Educação, duas instituições referências nacionais. Uma delas é responsável pela constituição da educação de surdos no Brasil, por ter sido a primeira escola para surdos neste país. E também por ser, atualmente, reconhecida como o lugar ideal para a educação de surdos, já que em alguns DVD's analisados é recomendado que as crianças nascidas surdas sejam encaminhadas ao INES o mais cedo possível. A outra, a Instituição que regulamenta e normatiza a educação no Brasil, ou seja que define a política educacional brasileira. E o fato da Série Educação de Surdos ter sido produzida e distribuída por essas instituições traz consigo efeitos de verdade, entremeados por relações de poder.

Efeitos de verdade, pois como já afirmado anteriormente, o INES é referência na área da educação de surdos e certamente, no momento em que este material circula pelas escolas brasileiras, seu conteúdo tem credibilidade e é tomado como verdade.

Consideramos que as verdades são constituídas a partir de discursos, por isso não existem fora do poder ou sem poder. Elas existem dentro de regimes de verdade criados pelas sociedades. De acordo com Foucault (2006),

⁹ O material utilizado para análise é de formato DVD.

a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (p. 12).

Relações de poder, pois no momento em que produz ou faz circular saberes, tem possibilidade de incidir nas ações dos outros. Veiga-Neto (2000) descreve o poder de acordo com o sentido empregado por Michel Foucault,

[...] o poder não como uma força que emane de um centro – o Estado, por exemplo -, não como algo que se possua e que tenha uma natureza e uma essência próprias, algo unitário e localizável, mas como uma ação sobre outras ações, todas elas pulverizadas, distribuídas, capilarizadas, manifestações de uma vontade de potência cujo objetivo é estruturar o campo das ações alheias (p. 62).

Antes de iniciarmos as análises propriamente ditas, precisamos esclarecer a postura que adotaremos. Nas análises das práticas discursivas “[...] o que mais importa é estabelecer as relações entre os enunciados e o que eles descrevem, para, a partir daí, compreender a que poder(es) atendem tais enunciados, qual/quais poder(es) os enunciados ativam e colocam em circulação”(Veiga-Neto, 2004, p. 126). Essa é a postura adotada nessa pesquisa: ler os discursos que circulam no Kit Educação de Surdos, em sua exterioridade, sem interpretação. Assim, os discursos são tomados nesse trabalho como práticas sociais, constituidoras de sujeitos, de modos de ser e de viver. Segundo Fischer (2002), os discursos

[...] não seriam realidades mudas, as quais, por um trabalho de interpretação e análise, seriam despertadas, revelando sentidos escondidos, palavras talvez nunca faladas, as quais seriam orientadas por uma certa iluminação teórica definidora do que realmente diriam os ditos. Os textos seriam vistos na sua materialidade pura e simples de coisas ditas em determinado tempo e lugar (p. 43 e 44).

É entendendo que os discursos produzem significados para as coisas e, portanto, produzem coisas que estamos analisando o Kit Educação de surdos, o qual constitui a própria educação dos surdos no Brasil.

A Série Educação de Surdos busca demonstrar como deve ser a educação dos surdos, desde a educação infantil até o final do ensino fundamental, tanto no próprio INES, como em escolas regulares¹⁰. Para isso, baseia-se no modo como o INES realiza esta educação. Traz

¹⁰ Inclusive no momento em que os alunos são inseridos na escola regular, o INES continua fazendo um acompanhamento sistemático da criança, em parceria com a escola.

filmagens do cotidiano institucional - escolar e clínico - pelo qual alunos surdos passam na sua vida escolar. Na contracapa do oitavo volume consta:

“O objetivo deste trabalho é oferecer subsídios aos profissionais que atuam na área da surdez, no âmbito da educação infantil, estabelecendo, assim, fundamentos para os níveis seguintes de escolarização.”¹¹

O conteúdo veiculado através da Série Educação de Surdos enfatiza a concepção de bilinguismo que o INES adota, ou seja, que a criança deve ter acesso a duas línguas: língua de sinais e língua portuguesa. É possível perceber tal concepção na contracapa do quinto volume:

“A comunicação com os alunos é realizada através da Língua Portuguesa (oral e escrita) e da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS”.

Cabe ressaltar que esta concepção está em consonância com o discurso produzido e difundido pelo MEC no que se refere à educação de surdos. No artigo 22 do Decreto Federal nº 5.626/2005 consta:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo

Percebe-se que os discursos veiculados pelo MEC, através da legislação vigente, bem como pelo INES, por meio da produção deste material, fazem parte de uma mesma rede discursiva. De acordo com Veiga-Neto (2000):

Os discursos podem ser entendidos como histórias que, encadeadas e enredadas entre si, se complementam, se completam, se justificam e se impõem a nós como regimes de verdade. Um regime de verdade é constituído por séries discursivas, famílias cujos enunciados (verdadeiros ou não-verdadeiros) estabelecem o pensável como um campo de possibilidades fora do qual nada faz sentido – pelo menos até que aí se estabeleça um outro regime de verdade. (p. 57)

Especificamente no primeiro e no oitavo DVD da Série, que tratam dos níveis iniciais da escolarização, quais sejam: educação infantil e educação precoce-maternal-jardim fica

¹¹ Os excertos retirados da série Educação de Surdos (MEC/INES) para a análise neste trabalho serão apresentados na fonte arial, tamanho 10, itálico e com recuo à direita, a fim de diferenciá-los do corpo do texto.

evidente a concepção de bilinguismo adotada pelo INES. Estes volumes são compostos por imagens de atuação de funcionários do INES, ora sinalizando com as crianças, ora oralizando. Observa-se a predominância das imagens que abordam a linguagem oral.

O INES afirma trabalhar no modelo bilíngue: Libras (por meio da interação dos alunos com adultos surdos) e língua portuguesa. No que se refere à língua portuguesa trabalha-se por meio da estimulação auditiva: consciência sonora, com e sem pista visual, vibração tátil, exploração do resíduo auditivo da criança, utilização do AASI – Aparelho de Ampliação Sonora Individual - e implante coclear. Para o INES:

“Quanto mais cedo a criança começa a usar o aparelho, melhor será o aproveitamento do seu resíduo auditivo.” (DVD nº 8 - parte I - 18:18).

A idéia da estimulação à aprendizagem da língua portuguesa na modalidade oral perpassa grande parte da série, com ênfase maior nos momentos em que trata do atendimento fonoaudiológico e da educação precoce-maternal-jardim. Na contracapa do volume nº 1 consta:

“O atendimento fonoaudiológico busca facilitar as competências comunicativas por meio da aquisição e desenvolvimento da língua, nas modalidades oral e escrita, acreditando que o indivíduo surdo deve ser estimulado o mais precocemente possível, na perspectiva de apoiar o seu desenvolvimento global e a sua interação na sociedade”.

Esse discurso pode influenciar diretamente no cotidiano das escolas já que esse material foi produzido para auxiliar a inclusão dos surdos na rede regular de ensino, conforme afirmação encontrada no excerto a seguir:

“Com o vídeo, deseja-se contribuir para a proposta de Educação com bilinguismo no País. Espera-se também atender as demandas específicas, existentes para este material. E mais; que este trabalho, desenvolvido com profissionalismo, estimule as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios brasileiros, bem como as Coordenações de Educação Especial[...]” (Contracapa do DVD nº 4).

Se o INES afirma que a educação de surdos deve acontecer de determinada forma, ou mais especificamente, que ela deve assumir uma perspectiva bilíngue, com ênfase na aprendizagem da língua portuguesa na modalidade oral e escrita, é possível que as escolas regulares, de um modo geral, vejam outras possibilidades para a educação de surdos?

Na parte II do DVD nº 8, que trata da educação infantil, predominam as imagens de pessoas se comunicando através da língua de sinais, porém, a comunicação oral acontece concomitantemente.

Percebe-se na leitura que fizemos da Série que a língua de sinais é utilizada, no entanto, o objetivo final desta língua parece ser de se constituir como “ponte” para a

aprendizagem da língua portuguesa, necessariamente, na modalidade oral. Essa importância é ressaltada no seguinte excerto:

“Através da comunicação visual, oral, de gestos naturais, língua brasileira de sinais – LIBRAS – a escola proporciona ao surdo uma maior compreensão do mundo.” (DVD nº 8 – parte II – 01:35).

Parece que, a verdade instituída é que a educação de surdos deva se efetivar através do bilinguismo, atrelado ao regime de verdade que constitui a inclusão. Segundo Quadros (2005, p. 32), “Inclusive, percebe-se que o uso “instrumental” da língua de sinais sustenta as políticas públicas de educação de surdos em nome da “inclusão”.

A Série estimula a língua de sinais, porém, fica evidente a questão da política de inclusão, na concepção bilíngue, principalmente no que se refere à oralização e à reabilitação oral. Claramente no conteúdo veiculado no volume 8 aparece a importância da inserção dos alunos surdos no ensino regular, ao se referir aos professores dessas escolas:

“Estas pessoas são agentes modificadores. Através da atualização profissional e de sua postura ética, estes agentes servem de referência ao reconhecer o surdo como uma pessoa incluída na sociedade, ou seja, uma pessoa como todas as outras que portam diferenças, semelhanças e potencialidades a serem desenvolvidas.” (nº 8 – parte I - 23:57)

O vídeo mostra algumas crianças surdas em ambientes de inclusão em escola regular. Também traz relatos dos professores e dos pais comprovando a importância da inclusão:

“Um mês depois dela na escola, ela soltou a língua de uma forma que é impressionante. Foi muito bom mesmo ter colocado ela lá.” (nº 8 – parte I - 25:18)

Neste excerto fica clara a importância da inclusão para os surdos, pois ao conviverem com alunos ouvintes as crianças surdas podem “soltar a língua”, ou seja, se expressarem através da modalidade oral, o que parece ser o objetivo final do trabalho desenvolvido no INES.

Ao assistirem a Série, professores de todo o Brasil recebem noções de como a educação dos surdos é efetivada na Instituição pioneira da educação de surdos neste país. E como as escolas irão entender a educação de surdos de uma outra forma se o INES, que é a referência diz que a educação de surdos é assim?

Outros possíveis tensionamentos...

Estamos realizando uma pesquisa sobre a produção, o consumo e a circulação da cultura brasileira, a partir da qual surgiram alguns questionamentos: houveram mudanças no

modo como os surdos são narrados, a partir da década de 1990 do século XX? Como a cultura surda é representada nos editoriais que estão sendo produzidos em grande escala nos últimos tempos? Aliás, é preciso nos perguntar se há referência à cultura surda neles.

Percebemos uma incoerência: apesar da ampliação na quantidade das produções que abordam questões relacionadas aos surdos, à surdez e à língua de sinais, estas continuam falando a partir de uma mesma perspectiva. Thoma e Klein (2010) corroboram com esta problematização:

Apesar dessas conquistas, a Educação de Surdos no Brasil corre o risco de manter as práticas excludentes do passado. Embora ela não seja mais orientada pelas práticas de oralização, continuamos presenciando a imposição da língua e da cultura ouvinte através da Política de Inclusão [...] (p. 120)

Neste trabalho analisamos um kit que trata da educação de surdos, produzido pelo MEC em parceria com o INES. Verificamos que não aparece, em nenhum momento da Série, alguma referência à cultura e à comunidade surda. Talvez haja, nos DVDs com as traduções das histórias infantis, o entendimento do uso da língua de sinais como suficiente para uma aproximação às questões culturais surdas. Mas, na rede discursiva que aí circula, a língua de sinais se enfraquece como marca cultural para ser enunciada como suporte pedagógico.

Passa-se de um processo histórico que alojou a surdez na deficiência auditiva para outro tipo de processo, que está reduzindo a diferença surda ao principal elemento que dá visibilidade à sua cultura: a Língua de Sinais. Essa redução parece estar produzindo um conseqüente enfraquecimento político da comunidade surda, dissolvendo uma bandeira de luta em manobras políticas de aceitação das diferenças, utilizando a língua como estratégia de normalização do sujeito surdo e fortalecendo a escola como maquinaria capaz de homogeneizar e ordenar a pluralidade. (GUEDES, 2009, p. 39)

Os tensionamentos trazidos neste artigo não esgotam as possibilidades de análise do Kit Educação de Surdos, especificamente, e de modo mais amplo os discursos que circulam envolvendo questões de inclusão dos surdos. Com Guedes (2009), pensamos que “todo um movimento político está sendo reduzido a aceitação e a divulgação da Libras, não como uma língua oficial do país, assim como o português, mas como uma estratégia de inclusão e de controle social.” (p. 39).

Referências bibliográficas:

BRASIL. Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: Acesso em:

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 39 -60.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 22. ed., 2006, p. 277 - 293.

GUEDES, Betina S. A língua de sinais na escola inclusiva: estratégias de normalização da comunidade surda. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33 – 49.

QUADROS, Ronice Muller de. O ‘Bi’ em bilingüismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulalia (org.) **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 27 - 37.

SILVEIRA, Rosa Hessel. **Contando histórias sobre surdos(as) e surdez**. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 175 – 204.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. In: **Cadernos de Educação – Educação de Surdos / Faculdade de Educação – UFPel – Ano 19, n.36 (mai.-ago. 2010) – Pelotas: Ed. UFPel, 2010, p. 107 - 131.**

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa V. (org). **Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 37 - 69.

_____. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.